

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Relatório de Atividades

SEGUNDO TRIMESTRE - exercício de 2013

Em cumprimento ao disposto no artigo 33, parágrafo 3º, da Constituição Estadual, combinado com o artigo 3º, inciso IX da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993 e artigo 27, inciso XXXV do Regimento Interno, publicado no Diário Oficial do Estado de 15 de dezembro de 2010, o presente RELATÓRIO compreende o registro das principais atividades desenvolvidas no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no decurso do **segundo trimestre** do exercício de 2013.

CONTEÚDO

Relatório de atividades circunscrito: a) às ocorrências de maior relevância; b) à ação de fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Estado e de seus municípios, exceto o da Capital; e, c) ao acompanhamento da execução do orçamento do Tribunal de Contas do Estado.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO TRIBUNAL - 1º TRIMESTRE DE 2013

Em 12 de junho de 2013 o Tribunal de Contas remeteu à A. Assembleia Legislativa o Relatório de Atividades correspondente ao 1º Trimestre do exercício de 2013 (ofício nº 278/2013).





CONSOLIDAÇÃO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS NO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2013

No 2º trimestre de 2013 os órgãos jurisdicionados protocolizaram 3.696 processos, a seguir classificados e que foram distribuídos, conforme disciplinado pelo Regimento Interno, aos julgadores.

704	Contratos
81	Prest. de Contas de Adiantamento
13	Processo Preferencial
1	Reforma
5	Apartado de Prefeitura Municipal
6	Esporádicos
2	Acompanhamento de Concessões e Permissões
85	Prestação de Contas – Convênio Terceiro Setor/ Entidade Privada
23	Convênio – Repasse Público Terceiro Setor/Entidade Privada
250	Admissão de Pessoal – Concurso processo
168	Admissão de Pessoal - Tempo Determinado
141	Aposentadorias
44	Pensão Mensal
425	Prestação de Contas – Rep. Público Terceiro Setor/Contrato de Gestão/ Termo de Parceria/ Convênio
18	Convênio – Repasses a Orgãos Público
49	Prest.de Contas-Contrato de Gestão
7	Prest. de Contas dos Gestores Previdenciários
14	Contrato de Gestão
342	Controle de Prazos das Resoluções e Instruções
15	Prest. de Contas – Aux./Sub./Contrib. Orgãos Públicos
93	Prest. de Contas – Aux./Sub./Contrib. Terceiro Setor
143	Prest. de Contas – Convênio Repasses Orgão Públicos
10	Termo de Parceria





8	Prest. de Contas – Termo de Parceria Fundação Estadual
1	Câmara Municipal
1	Autarquia Municipal
491	Recursos Ordinários
16	Rescisão de Julgado
127	Representação
5	Revisão
407	Representação contra edital
3696	Total

TRIBUNAL PLENO

O Tribunal Pleno, no trimestre de interesse, realizou uma Sessão Extraordinária e dez Sessões públicas ordinárias com apreciação de 278 processos que integraram as respectivas pautas previamente publicadas no veículo de Imprensa do Estado, bem como, a título de atividade extra-pauta, 444 representações recebidas como exame prévio de edital.

Foram realizadas, ainda, três Sessões para deliberação sobre assuntos internos de natureza administrativa.

PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

As E. Primeira e Segunda Câmaras reuniram-se, no trimestre, onze vezes, em sessões ordinárias, e apreciaram, respectivamente, 868 e 703 feitos.

Os acórdãos e pareceres contaram com regular publicação no Diário Oficial do Estado.





SENTENÇAS

Na qualidade de julgadores singulares, coube ainda aos Senhores Conselheiros e Auditores deste Tribunal, no período de interesse, proferir 2.526 sentenças em processos autuados para exame de atos de admissão de pessoal, aposentadorias, prestações de contas da aplicação de auxílios e/ou subvenções, prestações de contas de adiantamentos, bem como em processos autuados para apreciação de termos contratuais e atos jurídicos análogos, em feitos de competência singular. Tais decisões monocráticas foram divulgadas no D.O.E., na forma prevista em lei.

PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO - PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709/93, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, faz-se compulsório o trânsito pela Procuradoria da Fazenda do Estado (junto ao Tribunal de Contas) de todos os processos que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual. No 2º trimestre de 2013, manifestou-se a P.F.E. em 3.317 feitos, assim discriminados:

154	Aposentadorias, Reformas, Pensões e Averbações de apostilas
	Movimentação de Pessoal
	Matérias Contratuais
28	Relatórios de Auditoria
836	Auxílios e Subvenções Estaduais
112	Prestações de Contas
	Balancetes, Balanços e/ou Contas Anuais
234	Diversos
28	Processos Originários da Procuradoria Geral do Estado





CORPO DE AUDITORES

O Corpo de Auditores é constituído por sete ocupantes do cargo de Auditor, que foi criado pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005, a qual, entre outras competências previstas no Regimento Interno, atribui ao seu ocupante a substituição dos Senhores Conselheiros em suas ausências e impedimentos.

O Regimento Interno dispõe sobre as matérias, cujo julgamento passou a ser de competência de Auditor, cabendo-lhe conduzir a instrução de cada processo.

> PROCESSOS DISTRIBUIDOS AOS AUDITORES NO 2º TRIMESTRE

No 2º trimestre, foram distribuídos aos Senhores Auditores processos num total de 4.219, assim classificados:

Admissão de Pessoal	941
Aposentadoria/Pensão/Reforma	97
Balanço Geral	487
Repasses Públicos ao 3º Setor -	767
auxílios/subvenções/contribuições	
Contratos	1197
Apartados	369
Demais expedientes	286
Outros	75
TOTAL	4219





> PROCESSOS ELETRÔNICO

O sistema eletrônico "e-tcesp" foi acessado para o mesmo período, apontando o trânsito de 268 processos de Ato de Pessoal, assim distribuídos:

Dr. Samy Wurman	54
Dr. Alexandre M	nir Figueiredo 54
Sarquis	
Dr. Antonio Carlos	s Santos 55
Dr. Josué Romero	54
Dra. Silvia Cris	na Monteiro 51
Moraes	
TOTAL	268

> DAS SUBSTITUIÇÕES DE CONSELHEIRO

No 2º trimestre os Senhores Auditores: Samy Wurman, Antonio Carlos dos Santos, Josué Romero e Silvia Cristina Monteiro Moraes foram convocados pelo Presidente do Tribunal para, nos termos legais e regimentais, exercerem a substituição de Conselheiros, conforme atos publicados no Diário Oficial.





> DOS PROCESSOS APRECIADOS INDIVIDUALMENTE

SENTENÇAS	3º Setor	Pessoal	Apartado	Aposentadoria	Pensão	Balanço Geral	Contratos	Expedientes	Total
Dr. Samy Wurman	14	43	04	04	02	09	02	20	78
Dr. Alexandre Manir Figueiredo Sarquis	45	40	02	01	04	02	03	_	97
Dr. Antonio Carlos dos Santos	44	85	15	04	05	11	08	-	172
Dr. Josué Romero	44	51	02	05	03	06	05	-	116
Dra. Silvia Monteiro	47	42	04	08	12	01	02	11=0	116
									579

DESPACHOS PUBLICADOS	3º Setor	Admissão de Pessoal	Apartado	Aposentadoria	Pensão	Balanço Geral	Contratos	Expedientes	Total
Dr. Samy Wurman	53	44	37	01	05	36	20	-	196
Dr. Alexandre Manir Figueiredo Sarquis	26	43	27	02	01	13	16	-	128
Dr. Antonio Carlos dos Santos	31	43	35	02	01	15	60	-	187
Dr. Josué Romero	33	37	37	01	01	20	18	T =0	147
Dra. Silvia Monteiro	59	60	31	01	T III	37	31	+	219
									877



DESPACHOS Consideração, manifestação, juntada e providencias	3º Setor	Admissão de Pessoal	Apartado	Aposentadoria	Pensão	Balanço Geral	Contratos	Expedientes	Total
Dr. Samy Wurman	23	54	10	05	04	13	46	61	216
Dr. Alexandre Manir Figueiredo Sarquis	38	40	05	02	02	07	29	70	193
Dr. Antonio Carlos dos Santos	29	31	32	01	01	08	40	58	200
Dr. Josué Romero	65	87	34		03	45	54	55	343
Dra. Silvia Monteiro	45	47	09	03	02	05	75	60	246
		jiu ji							1198

DIFERIMENTOS	CONTRATOS
Dr. Samy Wurman	194
Dr. Alexandre Manir Figueiredo Sarquis	205
Dr. Antonio Carlos dos Santos	159
Dr. Josué Romero	137
Dra. Silvia Monteiro Moraes	222
	917

> ATIVIDADES DO CARTÓRIO DO CORPO DE AUDITORES

Em virtude do disposto no artigo 2º da Resolução nº 2/2013, a partir do dia 03/06, o Corpo de Auditores conta um cartório próprio, o qual exerceu as seguintes atividades:

- entrada de 2483 processos e saída de 1018 processos;
 - expedição de 144 (cento e quarenta e quatro) ofícios;
 - juntada de documentos média de 500;
 - processos já julgados e transitados 11 processos;
- entrada de 07 recursos ordinários, devidamente encaminhados ao GTP;





- publicações de 583 despachos/diferimentos e 162 sentenças;
 - atendimento ao balcão;
- atendimento a requisição de processos de outras áreas da Casa.

> ATIVIDADES DO COORDENADOR DO CORPO DE AUDITORES

Nos termos da Ordem de Serviço GP nº 01/2011, o Corpo de Auditores conta com um Coordenador, sendo ele, desde junho/2011, o Auditor Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, designado que foi pelo Presidente do Tribunal de Contas, por meio do Ato 569/2011 (DOESP 02/06/2011); sem prejuízo de suas atribuições, cabe ao Coordenador organizar os serviços para instrução dos feitos, supervisionar a distribuição dos processos, bem como controlar e atestar a frequência do pessoal.

As atividades administrativas do Coordenador estão refletidas na edição de 155 (cento e cinquenta e cinco) comunicações de alcance interno (memorandos; ofícios e email) que visaram a manutenção de infraestrutura física, telefonia, ar condicionado, mobiliário, tecnologia da informação, e eventos de pessoal, tais como férias, abonos, e participações em cursos e congressos.

Os principais projetos no 2º trimestre foram o acompanhamento da elaboração da Resolução nº 02 de 2013, o planejamento de sua implantação e a consolidação do Sistema de Processo Eletrônico na matéria Atos de Pessoal.





> DOS CURSOS E SEMINÁRIOS EXTERNOS

Os senhores Auditores participaram de eventos externos em nome do Tribunal de Contas:

- Dr. Josué Romero - Inauguração da Sede da Unidade Regional de Mogi Guaçu, no dia 15/04

- Dr. Alexandre Manir Figueiredo Sarquis: - Rede de Informações Estratégicas para o Controle Externo - ATRICON - no dia 18/04 na Cidade do Rio de Janeiro; e, 9º Congresso da APEPREM, no dia 23/05 na Cidade de Barueri, e Encontro Técnico Controle Externo e os Regimes de Previdência - ATRICON e IRB, nos dias 27 e 28/06, na Cidade de Brasília.

- Dra. Silvia Cristina Monteiro Moraes - Treinamento sobre Diretrizes de Auditoria Financeira da Intosai (ISSAIs), nos dias 23 a 24/04 na Cidade de Florianópolis.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

O Ministério Público de Contas registrou, no 1º trimestre, uma movimentação de 19.364 processos, como segue:

	Entrada	Saída
Processos em geral	18721	18005
Processo eletrônico	643	559
Total	19364	18564



ESTRUTURA BÁSICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, NAS ÁREAS DE FISCALIZAÇÃO E ADMINISTRATIVA, PARA O EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES

Para o desenvolvimento da atividade-fim (fiscalização) e atividade-meio (suporte administrativo), o Tribunal de Contas do Estado conta com a seguinte estrutura:

- 1 FISCALIZAÇÃO: <u>Secretaria-Diretoria Geral</u> (S.D.G.), composta de:
- a) dois <u>Departamentos de Supervisão da Fiscalização</u> (<u>D.S.F.</u>), aos quais se vinculam onze <u>Diretorias de Fiscalização</u> (<u>D.F.</u>) e dezenove <u>Unidades Regionais (U.R.</u>) (equivalentes às Diretorias);
 - b) Assessoria Técnico Jurídica (A.T.J.);
 - c) dependências de Apoio Administrativo: Taquigrafia e

Pauta;

- c) Centro de Apoio Estratégico à Fiscalização -C.A.E.F. (constituído e organizado pelo Ato GP 06/2013); e
- d) Divisão de Auditoria Eletrônica AUDESP (AUDESP-1 e AUDESP-2).
- 2 ADMINISTRATIVA: <u>Departamento Geral de</u> <u>Administração (D.G.A.)</u>, reorganizado pela Resolução nº 1/97, ao qual estão subordinadas:
- a) Diretorias: <u>de Pessoal (D.P.)</u>; <u>de Expediente (D.E.)</u>; <u>de Material (D.M.)</u>; <u>de Serviços (D.S.)</u>; <u>de Despesa de Pessoal (D.D.P.)</u>; <u>de Contabilidade e Finanças (D.C.F.)</u>; <u>de Transportes (D.T.)</u>, <u>e a Seção Fundo Especial de Despesa D.C.F.-3</u>,
- b) Assessoria de Saúde e de Assistência Social (A.S.A.S.). e
 - c) Centro de Convivência Infantil (C.C.I.).
- 3 SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO Departamento de Tecnologia da Informação D.T.I., criado em 2002 pela Resolução nº 01/2002, DOE de 19/12/2002 e reorganizado com a Resolução nº 07/2012, tem a atribuição de prestar suporte técnico especializado às áreas da fiscalização (atividade-fim) e administrativa (atividade-meio). Subordinam-se-lhe:
 - a) Divisão de Sistemas DSIS;
 - b) Divisão de Tecnologia DTEC; e





duas seções de apoio:

- c) Seção Técnica de Gestão e Relacionamento DTI-1;
- d) Seção Técnica de Segurança da Informação -DTI-2.

Como órgão especial de assessoramento, tanto para assuntos relativos à fiscalização quanto administrativos, o Tribunal dispõe do Gabinete Técnico da Presidência (G.T.P.), ao qual se vincula a Escola de Contas Públicas (E.C.P.), instituída pela Resolução 11/2004 e que tem por escopo o treinamento, a capacitação e o aperfeiçoamento dos servidores do quadro próprio, bem assim dos gestores e operadores da Administração Pública. A Escola de Contas Públicas supervisiona, também, as atividades da Biblioteca, atribuição que lhe foi confiada pela Resolução 03/2006.

As atividades dos órgãos supramencionados vêm apontadas em relatórios próprios, submetidos à Presidência, igualmente, com periodicidade trimestral.

ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS - ECP

A Escola realiza suas atividades, tanto nas dependências do prédio do Tribunal, onde está instalada, quanto em outros locais, decorrente de parceria com outras instituições, sendo de se destacar os seguintes eventos realizados no Trimestre:

- Sistema AUDESP Pontos de fiscalização concomitante e Funcionalidades e Trilhas para Assessorias do TCESP;
- Editais e Contratos à Luz da Jurisprudência do TCESP;
- Controle Orçamentário da Polícia Militar;
- Repasses ao Terceiro Setor;
- Conheça o TCESP-Sede;
- Orientação aos Membros do Conselho de Educação e Saúde;
- Gestão Pública e Probidade Administrativa, este em parceria com a Escola Superior do Ministério Público





2º Trimestre/2013	Atividades	Participantes
Reuniões Pedagógicas	27	550
Cursos/Eventos nas dependências		
da ECP e/ou Auditórios TCESP	15	594
Cursos/Simpósios na Editora NDJ	13	20
Cursos/Eventos em outras		
dependências ou Instituições	07	600
Atendimentos na Biblioteca	1051	1051
TOTAL	1113	2815

Todos os eventos foram amplamente divulgados – na intranet, internet, e por mala direta ou ofício-convite, conforme os casos.

FISCALIZAÇÕES REALIZADAS

Os trabalhos de fiscalização são realizados por onze Diretorias que operam em dependências da sede do Tribunal de Contas, bem como por dezenove Unidades Regionais instaladas em pontos estratégicos no interior do Estado, funcionando como órgãos diretamente subordinados a dois Departamentos de Supervisão da Fiscalização, todos, como visto, sob superior coordenação da Secretaria-Diretoria Geral. No segundo trimestre, apresentam-se assim quantificadas as ações da fiscalização:

ÁREA ESTADUAL

ATIVIDADES	D.S.F.	D.S.F.	TOTAL
FISCALIZAÇÕES REALIZADAS			
Unidades Gestoras Executoras	78	0	78
Unidades Gestoras Executoras – exercício fiscal de 2013	2	35	37
Almoxarifados/Campus UNESP	1	3	4
Empresas de Economia Mista	1	1	2
Empresas Públicas	1	0	1
Entidade Gerenciada	0	21	21
Autarquias	6	1	7
Secretarias/MP/Tribunais/ALESP	10	0	10
Fundações (Apoio, Conveniada e Típicas)	9	3	12





RELATÓRIOS ELABORADOS			
Entidade Gerenciada	0	2	2
Unidades Gestoras Executoras	136	108	244
Unidades Gestoras Executoras -	2	0	2
exercício fiscal de 2013			
Fundações (Apoio, Conveniada,	8	4	12
Típica)			
Autarquias Estaduais	3	3	6
Almoxarifados/Campus Unesp	21	25	46
Secretarias/MP/Tribunais/ALESP	10	0	10
Empresas de Economia Mista	1	0	1
PROCESSOS INSTRUÍDOS			
Unidade Gestora Executora	233	191	424
Autarquia	5	3	8
Economia Mista	5	4	9
Almoxarifado/Campus-UNESP	9	29	38
Fundações (Apoio, Conveniadas,	8	9	17
Típicas)			
Contratos/Convênios	948	771	1719
Aposentadoria/Reforma/Pensão	17	30	47
Admissão de Pessoal	105	84	189
Prestação de Contas Adiantamento	90	115	205
Preferencial	5	23	28
Processos Internos (TC-As)	45	40	85
Organizações Sociais/Entidades	1	16	17
Gerenciadas			
Esporádicos	7	2	9
Expedientes Diversos	888	770	1658
Exame Prévio Editais	4	6	10
Prestação de Contas – Termo de	0	4	4
Parceria			
Prestação de Contas - Convênio 3º	41	22	63
Setor			
Prestação de Contas - Convênio	55	57	112
Repasses			
Prestação de Contas - Convênio	69	150	219
Valor Inferior			
Repasses Públicos ao 3º Setor	101	84	185
Repasses a Órgãos Públicos –	81	36	117
Convênio			
Repasses 3º Setor –	10	16	26



Auxílios/Subvenções/Contribuições			
Prestação de Contas – Auxílios/Subvenções/Contribuição	6	10	16
Outros	116	116	232

ÁREA MUNICIPAL

ATIVIDADES	D.S.F.	D.S.F. – II	TOTAL
FISCALIZAÇÕES REALIZADAS			
Prefeituras Municipais	143	175	318
Câmaras Municipais	157	174	331
Entidade Gerenciada	0	7	7
Empresas Públicas	7	0	7
Empresas Públicas (exercício fiscal de 2013)	1	8	9
Fundações (Apoio e Típicas)	21	24	45
Fundos/Entidades de Previdência	43	60	103
Autarquia	41	41	82
Empresas de Economia Mista	5	6	11
Consórcios	29	23	52
RELATÓRIOS ELABORADOS			
Autarquias Municipais	26	18	44
Consórcios	11	15	26
Câmaras Municipais	77	98	175
Economia Mista	5	2	7
Empresas Públicas	5	0	5
Empresas Públicas (exercício fiscal de 2013)	1	5	6
Fundações (Típicas e Apoio)	10	10	20
Fundos/Entidades de Previdência – exercício fiscal de 2011	23	30	53
Prefeituras Municipais	44	61	105





PROCESSOS INSTRUÍDOS			
Prefeitura Municipal	218	197	415
Câmara Municipal	257	214	471
Entidades/Fundos de Previdência	58	37	95
Esporádico	1	2	3
Autarquia	54	31	85
Economia Mista	19	7	26
Empresas Públicas	22	10	32
Fundações (Apoio e Típicas)	20	25	45
Consórcios	31	20	51
Contratos/Convênios	664	507	1171
Aposentadoria/Pensão	63	62	125
Apartados	61	69	130
Admissão de Pessoal	323	246	569
Acessório 1 – Acompanhamento da	587	281	868
Gestão Fiscal			
Outros	397	368	765
Entidades Gerenciadas/	3	3	6
Organizações Sociais			
Prestação de Contas Termo de	9	8	17
Parceria			
Prestação de Contas - Convênio 3º	53	39	92
Setor			
Repasses Públicos ao 3º Setor	342	167	509
Exame Prévio Edital	28	12	40
Expedientes Diversos	2.338	1824	4162
Prestação de Contas - Convênio	1		
Repasses Órgãos Públicos	V.		
Prestação de Contas - Convênio	2	2	4
Valor Inferior			
Prestação de Contas –			
Auxílios/Subvenções/Contribuição			
Preferencial	10	0	10
Repasses Públicos ao 3º Setor –	293	442	735
Auxílios/Subvenções/Contribuição			
Repasses Públicos – Convênio	3	1	4





PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei nº 14.925, de 28 de dezembro de 2012, que "Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2013", foi elaborado em observância á Lei nº 14.837, de 23 de julho de 2012, que "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2013".

A dotação para as despesas deste Tribunal de Contas do Estado foi fixada em R\$ 560.875.197,00, sendo R\$ 549.375.187,00 para Despesas Correntes, inclusive Pessoal e Encargos e R\$ 11.500.010,00 para as Despesas de Capital.

O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e obedece às normas estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 14.837/12), Decreto nº 58.841, de 11 de janeiro de 2013, que fixa normas para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2013, bem como Portaria Conjunta CAF-CEDC-CO-CPA-01, de 14 de janeiro de 2013.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado - PODE é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2013 (Decreto nº 58.841/2013).

Para o Programa de Modernização dos Tribunais de Contas – PROMOEX foi autorizado, em janeiro, crédito suplementar automático com recursos provenientes do excesso de arrecadação confirmados pela Secretaria da Fazenda, incluindo a receita diferida de 2012, na fonte 005.003.197 – Vinculados Federais, no valor de R\$ 2.287.164,00 (dois milhões, duzentos e oitenta e sete mil, cento e sessenta e quatro reais) destinando-os à execução de obras e instalações nos 3º, 8º e 9º andares do Anexo II, no valor de R\$ 1.713.503,00; a aquisição de equipamentos de informática, da ordem de R\$ 396.306,00; e, ao pagamento de diárias aos servidores participantes dos eventos relacionados ao PROMOEX, no montante de R\$ 177.355,00.

Em março, visando ao prosseguimento do processo de Licitação Publica Nacional, para aquisição de Servidores de Rede para as Unidades Regionais, foi autorizado credito suplementar automático na fonte 005.003.197 – Vinculados Federais do Programa de Modernização Dos Tribunais de Contas – PROMOEX, no valor de R\$ 246.474,00

1



(duzentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e setenta e quatro reais).

Os quadros a seguir demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas no Orçamento do Estado para 2013; em seguida a execução orçamentária, detalhando mês a mês, as alterações orçamentárias na programação inicial, bem como os valores empenhados e realizados até o mês de junho do corrente exercício.

PROGRAMAÇÃO INICIAL - ORÇAMENTO EXERCÍCIO 2013:

		DESP	ESAS COR	RENTES		
MÊS	PESSOAL				TOTAL	TOTAL
VANCOUR DE		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	40.396.038	5.150.153	177.037	79	5.366.887	45.762.925
Fevereiro	40.396.038	5.150.153	177.037	79	5.366.887	45.762.925
Março	40.396.038	5.150.153	177.037	79	5.366.887	45.762.925
Abril	40.396.038	5.150.153	177.037	79	5.366.887	45.762.925
Maio	40.396.038	5.150.153	177.037	79	5.366.887	45.762.925
Junho	40.396.038	5.150.153	177.037	79	5.366.887	45.762.925
Julho	40.396.038	5.150.153	177.037	79	5.366.887	45.762.925
Agosto	40.396.038	5.150.153	177.037	79	5.366.887	45.762.925
Setembro	40.396.038	5.150.153	177.037	79	5.366.887	45.762.925
Outubro	40.396.038	5.150.153	177.037	79	5.366.887	45.762.925
Novembro	40.396.038	5.150.153	177.037	79	5.366.887	45.762.925
Dezembro	40.590.091	5.175.115	217.715	101	5.392.921	45.983.012
TOTAL	484.946.509	61.826.798	2.600.910	970	64.428.678	549.375.1857



Valores em R\$ 1

DESPESAS DE CAPITAL

MÊS	ALMERICA			TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	833.000	124.950	0	957.950	46.720.875
Fevereiro	833.000	124.950	0	957.950	46.720.875
Março	833.000	124.950	0	957.950	46.720.875
Abril	833.000	124.950	0	957.950	46.720.875
Maio	833.000	124.950	0	957.950	46.720.875
Junho	833.000	124.950	0	957.950	46.720.875
Julho	833.000	124.950	0	957.950	46.720.875
Agosto	833.000	124.950	0	957.950	46.720.875
Setembro	833.000	124.950	0	957.950	46.720.875
Outubro	833.000	124.950	0	957.950	46.720.875
Novembro	833.000	124.950	0	957.950	46.720.875
Dezembro	837.000	125.550	10	962.560	46.945.572
TOTAL	10.000.000	1.500.000	10	11.500.010	560.875.197

Valores em R\$ 1

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX





PROGRAMAÇÃO INICIAL ATUALIZADA - ORÇAMENTO EXERCÍCIO 2013

DESPESAS CORRENTES								
MÊS	PESSOAL				TOTAL	TOTAL		
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES		
Janeiro	40.396.038	5.150.153	216.655	79	5.366.887	45.762.925		
Fevereiro	40.396.038	5.150.153	216.655	177.434	5.366.887	45.762.925		
Março	40.396.038	5.150.153	216.655	79	5.366.887	45.762.925		
Abril	40.396.038	5.150.153	216.655	79	5.366.887	45.762.925		
Maio	40.396.038	5.150.153	216.655	79	5.366.887	45.762.925		
Junho	40.396.038	5.150.153	216.655	79	5.366.887	45.762.925		
Julho	40.396.038	5.150.153	216.655	79	5.366.887	45.762.925		
Agosto	40.396.038	5.150.153	216.655	79	5.366.887	45.762.925		
Setembro	40.396.038	5.150.153	216.655	79	. 5.366.887	45.762.925		
Outubro	40.396.038	5.150.153	216.655	79	5.366.887	45.762.925		
Novembro	40.396.038	5.150.153	216.655	79	5.366.887	45.762.925		
Dezembro	40.590.091	5.175.115	217.705	101	5.392.921	45.983.012		
TOTAL	484.946.509	61.826.798	2.600.910	178.325	64.606.033	549.552.542		





DESPESAS DE CAPITAL

MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	833.000	124.950		957.950	46.720.875
Fevereiro	833.000	124.950	2.109.809	3.067.759	49.008.039
Março	833.000	124.950	246.474	1.204.424	46.967.349
Abril	833.000	124.950	34	957.950	46.720.875
Maio	833.000	124.950	(-	957.950	46.720.875
Junho	833.000	124.950		957.950	46.720.875
Julho	833.000	124.950	-	957.950	46.720.875
Agosto	833.000	124.950		957.950	46.720.875
Setembro	833.000	124.950		957.950	46.720.875
Outubro	833.000	124.950		957.950	46.720.875
Novembro	833.000	124.950		957.950	46.720.875
Dezembro	837.000	125.550	10	962.560	46.945.572
TOTAL	10.000.000	1.500.000	2.356.283	13.856.293	563.408.835

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX





EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO TRIBUNAL - EXERCÍCIO DE 2013

EMPENHADO

		Valor	es em R\$	1		ATTACK MINE			
DESPESAS CORRENTES									
MÊS	PESSOAL				TOTAL	TOTAL			
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES			
Janeiro	37.491.871,71	25.094.483,09	21.521,18	-	25.116.004,27	62.607.875,98			
Fevereiro	37.274.654,44	4.345.479,95	34.412,46	175.994,81	4.555.887,22	41.830.541,86			
Março	39.915.745,08	5.905.836,34	53.773,44	- -	5.959.609,78	45.875.354,86			
Abril	39.092.052,94	5.500.566,68	47.912,76	iff.	5.548.479,44	44.640.532,38			
Maio	41.116.162,67	4.446.426,20	41.739,57		4.488.165,77	45.604.328,44			
Junho	40.926.609,98	1.383.050,38	40.787,13	-	1.423.837,51	42.350.447,49			
TOTAL	235.817.096,82	46.675.842,64	240.146,54	175.994,81	47.091.983,99	282.909.080,81			

DESPESAS DE CAPITAL

MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	1.741.035,32	9	-	1.741.035,52	64.348.911,30
Fevereiro	776.968,09	5.000,00	1.713.503,00	2.495.471,09	44.326.012,75
Março	145.693,34	: <u>s</u>	*	145.963,34	46.021.318,20
Abril	814.925,35	39.238,00	385.038,65	1.239.202,00	45.879.734,38
Maio	307.078,39	79.440,00	/ E	386.518,39	45.990.846,83
Junho	2.748.002,20	14	(E)	2.748.002,20	45.098.449,69
TOTAL	6.533.972,69	123.678,00	2.098.541,65	8.756.192,34	291.665.273,15





Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

Mês de junho: dados provisórios para empenhado e realizado

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO TRIBUNAL - EXERCÍCIO DE 2013

REALIZADO

DESPESAS CORRENTES								
MÊS	PESSOAL				TOTAL	TOTAL		
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES		
Janeiro	37.491.871,17	2.062.009,41	21.521,18		2.083.530,59	39.575.402,30		
Fevereiro	37.274.654,44	2.305.667,37	22.173,66	175.994,81	2.503.835,84	39.778.490,28		
Março	39.915.745,08	3.938.795,87	53.773,44		3.992.569,31	43.908.314,39		
Abril	39.092.052,94	3.881.520,63	54.031,56		3.935.552,19	43.027.605,13		
Maio	41.116.162,67	4.611.395,11	40.959,57	-	4.652.354,68	45.768.517,35		
Junho	40.926.609,98	4.187.305,83	47.687,13	i e	4.234.992,96	45.161.602,94		
TOTAL	235.817.096,82	20.986.694,22	240.146,54	175.994,81	21.402.835,57	257.219.932,39		

Valores em R\$ 1



DESPESAS DE CAPITAL

MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	2.646,00	-		2.646,00	39.578.048,30
Fevereiro	33.467,00	5.000,00		38.467,00	39.816;957,28
Março	46.992,42			46.992,42	43.955.306,81
Abril	46.275,00	1.998,00	696.610,83	744.883,83	43.772.488,96
Maio	214.079,62	37.240,00	661.884,33	913.203,95	46.681.721,30
Junho	217.305,27	79.440,00	417.257,84	714.003,11	45.875.606,05
TOTAL	560.765,31	123.678,00	1.775.753,00	2.460.196,31	259.680.128,70

Fonte 1-Tesouro do Estado

Fonte 3- Recursos Próprios - Fundo Especial de Despesa

Fonte 5- Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

Mês de junho: dados provisórios para empenhado e realizado

Em cumprimento ao disposto no artigo 170, parágrafo 2º, da Constituição do Estado de São Paulo, os Balancetes Bimestrais de Execução Orçamentária do Tribunal de Contas, referentes aos 1º e 2º bimestres de 2013 foram publicados, respectivamente, nos Diários Oficiais do Estado dos dias 27 de março e 6 de junho de 2013.

Cabe também menção ao Gabinete da Presidência (G.P.), que responde pelo expediente técnico e administrativo, das atividades de exclusiva competência da Presidência do Tribunal de Contas, incluindo a supervisão da Comunicação, do Cerimonial, Centro de Gestão do Processo Eletrônico e do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC..



São esses, em síntese, os dados dignos de registro decorrentes de atividades de natureza administrativa e do efetivo exercício do controle externo confiado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no decurso do **SEGUNDO TRIMESTRE DE 2013**, que, como Presidente, me compete encaminhar à Augusta <u>ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO</u>, consoante disciplina do artigo 33, § 3°, da Constituição Estadual, combinado com o artigo 3°, inciso IX, da Lei Complementar n. 709, de 14 de janeiro de 1993, e artigo 27, inciso XXXV, do Regimento Interno, publicado no Diário Oficial do Estado de 15 de dezembro de 2010.

São Paulo, 16 de setembro de 2013.

ANTONIO ROQUE CITADINI